



**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Cintia Aparecida dos Santos Oliveira

Orientadora: Profª. Ma. Ingryd Garcia de Oliveira

Trindade - GO

2020

**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO**

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Cintia Aparecida dos Santos Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profª Ma. Ingryd Garcia de Oliveira

Trindade - GO
2020

Cintia Aparecida dos Santos Oliveira

**INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Terapia Ocupacional, aprovada pela
seguinte banca examinadora:

Prof. Ingrid Garcia de Oliveira. Mestre em Nutrição e Saúde (Orientadora)
Faculdade União de Goyazes

Prof. Ma. Larissa Alves Faria (Membro Interno)
Faculdade União de Goyazes

Prof. Marta. Mestre em antropologia (Membro Externo)

Prof. Ma. Hellen Karine Paes Porto (Suplente)
Faculdade União de Goyazes

Trindade - GO

16/12/2020 (Data da defesa)

Dedicamos este trabalho aos meus pais e meu esposo por sempre estarem ao meu lado, me apoiando e me incentivando, pois sem eles não estaria concretizando meu sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me carregado em teus braços durante este curso não me deixando desamparada em nenhum momento, dando-me força para ultrapassar todas as barreiras e superar todos os desafios.

Aos meus pais e meu esposo pelo apoio sem o qual eu não teria conseguido.

Em Especial orientadora professora Ingryd Garcia de Oliveira, por suas orientações competentes, me ensinando o caminho certo e me ajudando a concluir esse trabalho.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO NARRATIVA

Cintia Aparecida dos Santos Oliveira¹
Ingryd Garcia de Oliveira²

RESUMO

O objetivo do presente estudo é descrever contextos alimentares relacionados à Insegurança Alimentar e Nutricional em territórios quilombolas brasileiros. O presente estudo tem como base a análise descritiva e narrativa de publicações científicas, referentes ao contexto da alimentação e nutrição entre as comunidades quilombolas. A insegurança alimentar nestas comunidades é justificada pelas desigualdades sociais, o que tem como principais consequências uma preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação. Outro fator determinante da Insegurança Alimentar nas comunidades, se dá em relação aos meios de produção e acesso à comida. No presente estudo identificou-se a falta de acesso à água como desafio no campo da produção de alimentos. Segundo a Lei Nº11.346/2006, a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito garantido a todos no acesso a alimentos seguros, saudáveis e nutritivos em quantidades adequadas, respeitando as preferências culturais e sociais. São necessárias intervenções urgentes para fortalecer e promover políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida e segurança alimentar das comunidades quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Nutrição. Insegurança Alimentar. Comunidade. Quilombola.

FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN QUILMBOL COMMUNITIES: A NARRATIVE REVIEW

ABSTRACT

The aim of this study is to describe food contexts related to Food and Nutritional Insecurity in Brazilian quilombola territories. The present study is based on the descriptive and narrative analysis of scientific publications, referring to the context of food and nutrition among quilombola communities. Food insecurity in these communities is justified by social inequalities, which has as main consequences a concern about access to food in the future and the inadequate quality of food. Another determining factor of Food Insecurity in the communities, is related to the means of production and access to food. In the present study, the lack of access to water was identified as a challenge in the field of food production. According to Law No. 11,346 / 2006, Food and Nutritional Security is a right guaranteed to everyone in access to safe, healthy and nutritious food in adequate quantities, respecting cultural and social preferences. Urgent interventions are needed to strengthen and promote public policies aimed at improving the living conditions and food security of quilombola communities.

KEY-WORDS: Nutrition. Food insecurity. Community. Quilombola.

¹ Acadêmica do Curso de Nutrição Faculdade União de Goyazes.

² Orientadora, Professora Mestre do Curso de Nutrição da Faculdade União de Goyazes.

1 INTRODUÇÃO

Embora a escravidão negra no Brasil tenha acabado em 1888, as comunidades de negros ainda vivenciam grandes desigualdades socioeconômicas, especialmente entre aqueles que vivem em comunidades de descendentes de escravizados. Essas comunidades são chamadas de quilombolas e as pessoas que vivem nelas são conhecidas como quilombolas. Quilombos são comunidades localizadas predominantemente nas áreas rurais do Brasil que foram originalmente fundadas por escravizados negros fugitivos durante o período da escravidão. (GUBERT et al., 2020).

Os quilombos foram legalmente reconhecidos pela Constituição brasileira em 1988, embora apenas alguns deles tenham recebido o direito de propriedade de suas terras. Essas comunidades estão distribuídas por todo o país e apresentam um relativo grau de isolamento geográfico, situação associada a dificuldades de acesso a bens e serviços básicos (MONEGO; PEIXOTO; CORDEIRO, 2010).

Além da pobreza, os quilombolas vivenciam outros fatores de risco de exclusão social, incluindo a falta de reconhecimento oficial do Estado brasileiro de suas terras, falta de poder político e perda de sua identidade cultural construída historicamente (OLIVEIRA et al., 2008). Os quilombolas são legalmente elegíveis para programas sociais (por exemplo, o programa de transferência condicional de renda Bolsa Família), políticas preferenciais para melhorar seu acesso à terra, desenvolvimento de infraestrutura, ações de promoção da qualidade de vida, apoio à produção local e autonomia econômica e às estratégias que visam a promoção e proteção de seus direitos e cidadania (Programa Brasil Quilombola). Infelizmente, até o momento, essas políticas não melhoraram substancialmente a situação da qualidade de vida dos quilombolas (CARVALHO; SILVA, 2013).

O comer entre as comunidades tradicionais como os territórios quilombolas e indígenas, possuem aspectos ligados a cultura local e sobretudo às tradições ancestrais. Nesse sentido, a permanência da cultura alimentar, bem como a existência da ancestralidade ligada à comida podem significar acesso a comida de verdade entre as comunidades quilombolas. De acordo com a Lei n. 11.346/ 2006, a alimentação saudável e adequada tem como base: "(...) práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, p. 4).

O pesquisador Roque de Barros Laraia, no livro *Cultura: um conceito antropológico*, apresenta alguns autores que contribuem no conceito do que é Cultura ao longo do tempo, e traz a antropóloga americana Ruth Benedict que diz “[...] cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas, e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (LARAIA, 2001, s/p).

A prática do comer para as comunidades quilombolas é um ritual que agrega as pessoas em volta da simbologia do alimento e nessa relação “[...] esses atores se percebem e se localizam socialmente [...] e a partir de suas escolhas alimentares se relacionam com sua história” (SANTOS, 2012, p.56).

A alimentação não é apenas a garantia das condições físicas, devemos acrescentar a diversidade cultural e alimentar dos grupos, e em especial, das comunidades indígenas, negras quilombolas, ribeirinhos que carregam uma tradição alimentar ancestral. De acordo com as pesquisadoras Maria Cecília B. Amorim Pillar e Cilene da Silva Gomes Ribeiro no artigo *Carlos Roberto Antunes dos Santos e a História da Alimentação no Paraná*:

“[...] comer é um ato social atrelado a atitudes, usos, costumes, protocolos, condutas e situações, sendo espelho e reflexo das diferentes épocas e sociedades, o que remete à importância de se correlacionar o universo da agricultura de subsistência, o alimento e o comer. Não se pode perceber o hábito sem o acesso ao alimento, não se pode perceber a cultura alimentar sem a disponibilidade e a utilização dos alimentos nos tempos, nas regiões, na terra e nas panelas (Pilla; Ribeiro, 2018, p. 219).”

As mudanças alimentares atribuídas principalmente à fatores como: a progressão das comidas rápidas, o avanço dos alimentos ultra processados, diferentes formas de organização social do trabalho e a intensificação das vulnerabilidades sociais, atingem também as comunidades tradicionais e consequentemente afetam o consumo alimentar nesses territórios (FIGUEIREDO et al., 2011; SANTOS, 2012).

Associado a essas mudanças, a organização do território em torno das comunidades quilombolas também podem interferir nos espaços alimentares organizados próximos e dentro das comunidades. A exemplo, a urbanização acelerada que aos poucos ocupou os espaços do cultivo da terra como promessa de “civilidade”, assim como, as tecnologias que nos propõem estarmos em todos os lugares (CORDEIRO; MONEGO; MARTINS, 2012).

A comida aos poucos foi deixando de ser um ato coletivo, realizado com familiares, amigos, parentes e foi migrando para satisfazer apenas as necessidades nutricionais e biológicas dos corpos. Atualmente é comum o hábito alimentar sem companhia, na rua, no trabalho e meios de transporte. Em outros contextos o direito à alimentação adequada e saudável, à educação, à saúde não são assegurados, além de outras violações vivenciadas em um país, plural, porém desigual (GUEDES; BASTOS, 2016).

Tais condições expressam diferentes níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional. No estudo de Silva et al. (2017), mostrou uma insegurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas. Compreende-se a insegurança alimentar como sendo um indicador de perversidade social relacionada à falta de acesso regular e permanente de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, ou até mesmo à ansiedade com a ausência desse acesso em um futuro próximo, afetando a aquisição de outros bens e serviços essenciais (PANIGASSI et al., 2008).

No passado, os quilombolas tinham uma relação tradicional com a terra fornecedora de alimentos e com a agricultura de subsistência sendo muito importante para sua segurança alimentar. Hoje, no entanto, isso mudou à medida que as atividades agrícolas nas comunidades quilombolas se tornaram cada vez mais difíceis de manter devido à falta de crédito, falta de ferramentas, altos custos de produção e baixos preços de venda das safras. Além disso, a degradação do ecossistema e as mudanças climáticas diminuíram a disponibilidade de alimentos da pesca e da caça, além de prejudicarem a fertilidade do solo (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Essas grandes mudanças relacionadas à agricultura foram acompanhadas por uma maior proximidade com estradas que levam a áreas urbanas e mudanças econômicas estruturais, incluindo acesso a programas sociais e trabalho assalariado, ambos associados ao aumento do consumo de alimentos processados. Como resultado, as gerações mais jovens perderam sua conexão com a terra e a agricultura e seu acesso aos alimentos foi monetizado (FERREIRA et al., 2014).

Logo, cabe descrição narrativa do contexto de alimentação e nutrição, e suas intersecções com os campos sociais, culturais e políticos entre as comunidades tradicionais quilombolas no estado de Goiás. Ressalta-se que a dimensão da comida que será aqui abordada, busca transversalizar suas diferentes representações para além das necessidades biológicas, e que são “[...] cercadas por

símbolos e significados pelas práticas de trabalho, mesclados e fundidos com ritos sociais, culturais e religiosos” (ARAÚJO; FILHO, 2012, p. 126).

O presente estudo tem por objetivo descrever os contextos alimentares relacionados à Insegurança Alimentar e Nutricional em territórios quilombolas brasileiros.

2 METODOLOGIA

A pesquisa tem como eixo metodológico, a análise descritiva e narrativa de publicações científicas referentes ao contexto da alimentação e nutrição entre as comunidades quilombolas.

Conforme Matos (2015):

[...] a revisão narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não são aplicadas estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. Os estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. Nesse tipo de revisão utiliza-se fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos (MATOS, 2015, p. 101).

Já a análise descritiva de dados segundo Oliveira (2011), corresponde ao tratamento dos dados, ou seja, é realizada uma articulação com teoria, métodos e teorias específicas. Após a análise dos artigos deste estudo, foi feita uma análise dos dados sobre o tema descrito pelos autores.

As publicações foram acessadas na base de armazenamento de artigos científicos Scielo. Foram utilizados os seguintes termos chaves para a busca: “Alimentação e nutrição” e comunidades quilombolas”; “Insegurança Alimentar e Nutricional” e “comunidades quilombolas”; “Alimentação” e “comunidades quilombolas”, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Descrição da busca de artigos na base Scielo.

Base de artigos: Scielo			
Termos-chaves	Nº artigos encontrados	Critérios para seleção dos artigos incluídos na pesquisa	Nº de artigos incluídos
“Alimentação e nutrição” e comunidades quilombolas	6	Leitura do título e identificação com a temática pretendida	2

"Insegurança Alimentar e Nutricional" e "comunidades quilombolas"	15	Leitura do título e identificação com a temática pretendida Exclusão de artigos repetidos na primeira busca	6
"Alimentação" e "comunidades quilombolas"	9	Leitura do título e identificação com a temática pretendida Exclusão de artigos repetidos na primeira busca	1
Total:			9

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a amostra final deste estudo incluiu-se 9 artigos. A Tabela 2 é constituída pelos artigos que compuseram a amostra final do estudo e contém os seguintes itens analisados descritos: título, autores, ano de publicação, Comunidade quilombola (Estado/ município/ nome da comunidade), objetivos, método de pesquisa e principais resultados/ discussões encontrados.

Tabela 2. Dados descritivos dos artigos incluídos na presente análise.

Título do artigo / autores/ ano da publicação	Comunidade quilombola (Estado/ município/ nome da comunidade)	Objetivo	Principais resultados/ discussões encontrados
A causalidade da nutrição e da insegurança alimentar em comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. OLIVEIRA, et al, 2008.	Pará, Brasil.	Trata-se da descrição de resultados baseados na elaboração de um modelo de determinação causal de forma participativa e abrangente, realizada em seis comunidades quilombolas no município de Santarém, no Estado do Pará, sobre a rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional com a abertura da Rodovia BR-163	As comunidades quilombolas correm um risco muito alto de insegurança alimentar. As comunidades quilombolas em geral apresentam altos índices de analfabetismo, baixa renda, pouco acesso aos programas das diversas políticas públicas sociais e agrícolas e dificuldades para o reconhecimento legal da propriedade da terra.
Insegurança	Tocantins.	Buscou identificar a	A situação de insegurança

alimentar das comunidades quilombolas do Tocantins. MONEGO; PEIXOTO, 2010.		prevalência e alguns determinantes de (In) Segurança Alimentar (IA/SA) nas famílias de 14 comunidades quilombolas do estado do Tocantins (Brasil).	alimentar é altamente prevalente nas comunidades quilombolas, que possuem também precárias condições de vida, sendo urgente a implementação de ações que garantam SA para as mesmas.
Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuáçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. CARVALHO, e SILVA, 2013.	Quilombo de Tijuáçu, Bahia, Brasil.	Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional, na comunidade quilombola de Tijuáçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.	Nas comunidades tradicionais quilombolas constata-se uma grave situação de insegurança alimentar, relacionada à constante ameaça ao domínio dos seus territórios e ao precário acesso às políticas públicas.
Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. FERREIRA et al., 2011.	Estado de Alagoas	Descrever as condições de nutrição e saúde das crianças de 6 a 59 meses de 39 comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas.	O direito humano à alimentação adequada não vem sendo garantido às crianças quilombolas alagoanas, devendo o poder público adotar as medidas necessárias para reverter tal situação.
Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias. CORDEIRO, M.M.; MONEGO, E.T.; MARTINS, 2014.	Comunidades quilombolas de 12 municípios goianos	Caracterizar o estado nutricional de estudantes quilombolas e a segurança alimentar nos seus domicílios.	A insegurança alimentar esteve presente em 75,2% das famílias quilombolas, sendo a insegurança alimentar leve a mais frequente. A aparente contradição da ocorrência simultânea de excesso de peso e insegurança alimentar aponta para a necessidade de que sejam revistos os instrumentos de estudo, bem como a rede de causalidade que identifica a pobreza e o excesso de peso.
Inquérito de saúde em comunidades quilombolas de Vitória da	Vitória da Conquista, Bahia.	Apresentar a metodologia, resultados descritivos preliminares e a confiabilidade dos instrumentos utilizados	Relatou que a insegurança alimentar é devida as condições de vida desiguais, sendo demonstrada uma preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a

Conquista, Bahia, Brasil. BEZERRA et al., 2014.		no Projeto COMQUISTA.	qualidade inadequada da alimentação.
Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? SILVA et al, 2017.	Área rural do Município de Vitória da Conquista, no interior da Bahia.	Identificar a prevalência de insegurança alimentar em uma área rural do Nordeste do Brasil e investigar este desfecho de acordo com a residência em comunidades quilombolas e não quilombolas.	Constatou-se ao final do estudo uma grande insegurança alimentar nas comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.
Insegurança alimentar doméstica em comunidades de negros descendentes de escravos no Brasil: o legado da escravidão realmente acabou? GUBERT et al., 2017	Regiões Norte e Nordeste	Identificar os fatores associados à insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil.	Neste estudo (47,8%) foi demonstrada insegurança alimentar grave em cerca de metade (47,8%) dos quilombolas vivia em domicílios, com as regiões Norte e Nordeste enfrentando a situação mais crítica.
Programas governamentais associados à insegurança alimentar entre comunidades de descendentes de negros escravizados no Brasil. CHEROL; FERREIRA; SALLES-COSTA, 2020.	Várias regiões do Brasil.	Avaliar o acesso a programas governamentais e sua associação com a insegurança alimentar em famílias de comunidades quilombolas no Brasil.	A prevalência de insegurança alimentar foi elevada entre as famílias quilombolas.

Silva et al. (2017), realizaram um estudo com o objetivo de identificar a prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) em comunidades quilombolas (n = 202 /44%) e não quilombolas (n = 257 / 56%). Neste estudo foi encontrada uma insegurança alimentar em 52,1% da população estudada, sendo 30,9% leve, 15,7% moderada e 5,4% grave.

De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), a InSAN pode variar de leve, quanto a preocupação com a escassez de alimentos e má qualidade dos alimentos por falta de dinheiro, a moderada, insegurança alimentar sem fome e a grave, ocorrência de episódio de fome em um ou mais dias (BRASIL, 2006).

Com o objetivo de compreender a InSAN em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista (BA), Bezerra et al. (2014), encontraram associações entre desigualdades sociais e a InSAN. O estudo apontou ainda a preocupação da comunidade quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação consumida, fatores que já caracterizam cenários de InSAN. Ressalta-se nesse contexto a dificuldade de acesso aos alimentos e aos meios de produção, pois foi relatado neste estudo, a grande falta de água, a qual é fator limitante para a produção de alimentos na comunidade.

Segundo Carvalho e Silva (2013), o principal motivo da insegurança alimentar nas comunidades quilombolas é referente a grande ameaça ao domínio de suas terras e ao precário acesso às políticas públicas. Os autores ainda ressaltam a constante preocupação com a alimentação das crianças, junto ao medo de passar episódios de fome.

As transformações nos sistemas alimentares, como o avanço das monoculturas e utilização de agrotóxicos, interferem diretamente no contexto de produção com base na agricultura familiar, prática até então comum entre as comunidades quilombolas. Nesse sentido a falta de terra e recursos hídricos, ocasionam os diferentes cenários de InSAN nesses territórios (ABRASCO, 2015; CARVALHO E SILVA, 2013).

No estudo de Cherol et al. (2020), mostrou uma prevalência de insegurança alimentar de 86,1% insegurança alimentar moderada e grave nas comunidades quilombolas. Este cenário foi associado à vulnerabilidade do território. Houve forte associação entre beneficiários do Programa brasileiro de transferência condicionada de renda (Programa Bolsa Família), e as famílias quilombolas com níveis moderados e graves de InSAN. Este estudo é semelhante ao de Bezerra et al. (2014), no qual a insegurança alimentar foi justificada pelas condições de vida desigual, verificando uma preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro.

Gubert et al. (2020), em seu estudo teve como objetivo identificar os fatores associados à insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil. Foi

realizada uma análise dos dados secundários avaliados no Censo Quilombola de 2011. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, EBIA) foi usada para avaliar a situação de segurança alimentar das famílias. As condições sociodemográficas e o acesso a programas e benefícios sociais também foram avaliados.

Este estudo identificou 47,8% de InSAN grave entre as comunidades incluídas no estudo, sendo os contextos mais críticos as regiões Norte e Nordeste. As famílias que tinham acesso a um programa de abastecimento de água para regiões secas (Programa Cisternas), e a um programa de subsídio à safra agrícola (Programa Garantia Safra) tinham menos chance de sofrer insegurança alimentar moderada e grave. Os domicílios que não tinham acesso a cuidados de saúde (Programa Saúde da Família) tinham maior chance de sofrer de insegurança alimentar moderada ou grave (GUBERT et al., 2020).

O Programa Garantia Safra tem por objetivo garantir rendimentos mínimos aos pequenos agricultores familiares suscetíveis a perdas de safra por estiagem ou enchente (BRASIL, 2016)

O Programa Cisternas visa promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos em áreas secas, por meio da implantação de tecnologias de baixo custo para o armazenamento da água da chuva. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência monetária condicionada para a população que vive em extrema pobreza e oferece um auxílio mensal básico com um valor adicional de transferência monetária de acordo com o número de indivíduos elegíveis na residência (GUBERT et al., 2020).

O Programa Saúde da Família é uma estratégia de saúde voltada para a atenção básica que inclui equipes multiprofissionais que atuam na promoção da saúde e prevenção / controle de doenças, bem como na prestação de cuidados de rotina às comunidades (incluindo visitas de agentes comunitários de saúde). No Brasil, todas as pessoas, independentemente da sua condição social, têm direito a receber assistência médica gratuita do Sistema Único de Saúde ou SUS (GUBERT et al., 2020).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é considerado o maior programa de alimentação e nutrição do Brasil, voltado ao atendimento das necessidades nutricionais dos alunos, onde as escolas da rede pública recebem verbas para suplementação alimentar dos alunos dentro da escola. Outro tipo de

política pública é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) voltado a segurança alimentar e nutricional, que pode atender comunidades quilombolas (CARVALHO; SILVA, 2013).

Conforme Cordeiro, Monego e Martins (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa promover a segurança alimentar e nutricional do agricultor. E além disso, a inserção desses alimentos na alimentação escolar possibilita maior qualidade e variedade alimentar. No entanto, esses programas exigem que os agricultores possuam a terra, mas a propriedade da terra é um dos principais desafios entre as comunidades quilombolas.

As políticas públicas voltadas a segurança alimentar e nutricional é de suma importância no contexto das comunidades quilombolas, sendo uma maneira de ampliação de valorização, reconhecimento e visibilidade para essas comunidades. Deste modo, a segurança alimentar e nutricional tem sido protegida como um eixo da ampliação e um objetivo estratégico das políticas públicas nacionais baseadas no princípio da soberania alimentar e do direito à alimentação (AFONSO; CORRÊA; SILVA, 2020).

No estudo de Oliveira et al. (2008), foi identificado alto risco de InSAN em comunidades quilombolas. Nas comunidades estudadas foram constatados altos índices de analfabetismo, baixa renda, pouco acesso aos programas e políticas públicas sociais e agrícolas. Além de dificuldades para o reconhecimento legal da propriedade da terra. A situação de extrema pobreza enfrentada pela maioria das famílias quilombolas os expõe à escassez de alimentos e à má qualidade da alimentação, contribuindo para a desnutrição, doenças e outros agravos à saúde.

Segundo a Lei n.11.346/2006, a segurança alimentar e nutricional é um direito universal e garante a todos o direito de ter acesso à alimentos seguros, saudáveis e nutritivos em quantidades adequadas, respeitando as preferências culturais e sociais.

Embora existam diversas políticas públicas, programas sociais e benefícios implantados atualmente no Brasil, ainda existe uma baixa cobertura nas comunidades quilombolas.

Para melhorar as condições de vida e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional nas comunidades quilombolas, o Governo deve ter em consideração as necessidades e carências desta população no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos e aos programas sociais governamentais. Esses

programas devem incluir ações que promovam o crédito e o acesso a ferramentas para a agricultura familiar, respeitem as práticas alimentares culturalmente aceitas, promovam atividades de educação alimentar e nutricional que promovam dietas saudáveis e melhorem as condições de saneamento e práticas de higiene que aumentem o aproveitamento biológico dos alimentos.

4 CONCLUSÃO

De acordo com pesquisa realizada, constatou-se uma prevalência de insegurança alimentar elevada entre as famílias quilombolas. Apesar da reduzida participação em programas governamentais, os programas de desenvolvimento rural, agricultura e transferência condicionada de renda são fundamentais para a autonomia das comunidades quilombolas. Apesar da baixa participação, quando as famílias têm acesso a esses programas, revela-se a importância dessas iniciativas na redução da probabilidade de níveis graves de insegurança alimentar.

São necessárias intervenções urgentes para fortalecer e promover políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida e segurança alimentar das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

ABRASCO - **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro / São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2020.

Afonso, L.F.C.; Corrêa, N.A.F.; Silva, O.P. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 27, p. 1-13, 2020.

ARAÚJO, M.S.G; FILHO, D.L.L. Cultura, Trabalho e Alimentação em Comunidades Negras e Quilombolas do Paraná. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO. v.6, nº3 (ed. Especial), p.113-131, 2012.

BEZERRA, V.M.; MEDEIROS, D.S.; GOMES, K.O.; SOUZAS, ET AL. Inquérito de saúde em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. (Projeto COMQUISTA): aspectos metodológicos e análise descritiva. *Ciênc Saúde Coletiva*, v. 19, n, 6, p. 1835-1847, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 01. nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Cisternas – Água para Beber e para Agricultura.** 2016. Disponível em: <<http://mdspravoce.mds.gov.br/seguranca-alimentare-nutricional/programa-cisternas-agua-para-beber-e-paraagricultura>>. Acesso em: 01. nov. 2020.

CARVALHO, A.S.; SILVA, D.O. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuáçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO.** v. 18, 2013,

CHEROL, C.C.S.; FERREIRA, A.A.; SALLES-COSTA, R. Programas governamentais associados à insegurança alimentar entre comunidades de descendentes de negros escravizados no Brasil. **Nutrição e Sociedade.** v. 22, 2020.

CORDEIRO, M.M.; MONEGO, E.T.; MARTINS, K.A. Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias. **Rev. Nutr, Campinas,** v. 27, n. 4, p. 405-412, jul./ago., 2014.

FERREIRA, H.S.; LAMENHA, M.L.D.; JÚNIOR, F.S.X.; CAVALCANTE, J.C.; SANTOS, A.M. Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas, Brasil. **Rev Panam Salud Publica.** v. 30, n. 1, 2011.

FERREIRA, H.S.; SOUZA, M.; MOURA F.A et al. (2014) Prevalence and factors associated with food and nutrition insecurity in families in municipalities of the north of the State of Alagoas, Brazil, 2010. **Cienc Saude Colet.** v. 19, p. 1533-1542, 2014.

FIGUEIREDO, M.C. et al. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **RFO UPF,** v.16, n.2, p. 130-135, 2011.

FURTADO, M.B.; PEDROZA, R.L.; ALVES, C.B. Quilombola culture, identity and subjectivity: a cultural psychology perspective. **Psicol Soc.** v. 26, p. 106-115, 2014.

GUBERT, M.B.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; SPANIOL, A.; PEDROSO, J. Insegurança alimentar doméstica em comunidades de negros descendentes de escravos no Brasil: o legado da escravidão realmente acabou? **Universidade de Cambridge.** v. 20, 2017.

GUEDES, A.S.; BASTOS, S.R. **Comensalidade e tradições culturais nas comunidades quilombolas,** 2016.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

MATOS, P.C. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu 2015. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura>>. Acesso em: 01. nov. 2020.

MONEGO, E.T.; PEIXOTO, M.R.G; CORDEIRO, M.M. Insegurança alimentar das comunidades quilombolas do Tocantins. **Seg Aliment Nutr Campinas** v. 17, p. 37-47, 2010.

OLIVEIRA, M.F. **Metodologia Científica**. Catalão-GO 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/web/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2020.

OLIVEIRA, S.D, GUERRERO, A.F.H.; GUERRERO, C.H et al. A causalidade da nutrição e da insegurança alimentar em comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Rev Nutr**. v. 21, 83-97, 2008.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M.F.A, MARANHA, L.K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cad Saúde Pública**. v. 24, p. 2376-84, 2008.

PILLAR, Maria Cecília Barretos Amorim; RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes. Carlos Roberto Antunes dos Santos e a História na Alimentação no Paraná. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 66, n.1, p. 197-221, jan./jun. 2018.

SANTOS, A. O sabor da História: práticas alimentares e identidade Quilombola. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, número especial 03, pp. 54-71, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E.K.P. et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. **Cad. Saúde Pública**. v.33, n. 4, p. 1-14, 2017.